



# Relatório da Administração

## 2025



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO 2025

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

**Ronaldo Couza**

#### Membros:

Ana Paula Murakawa

José de Souza Junior

Marlon de Carvalho Paschoal

Roberto Yukio Nishimura

### CONSELHO FISCAL

Danilo Aparecido Landegrafi Barbosa

Fabricio Pires Bianchi

Rosimara Isabel dos Santos Rodrigues

### COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Lucas Ferreira de Oliveira

#### Diretor Presidente

Roberto Moreira de Oliveira

#### Diretora Administrativa Financeira

Stephanie Rossi Pasello



### **Diretor de Negócios**

Stephano Ewen de Araujo (30.06.2025 até 01.11.2025)

Roberto Moreira de Oliveira (02.11.2025 - atual)

### **Diretor de Tecnologia da Informação e Operações**

Stephano Ewen de Araujo (30.06.2025 até 01.11.2025)

Roberto Moreira de Oliveira (02.11.2025 - atual)

### **CONTADORA**

Solange Aparecida Pissinati

CRC PR-078018/O-2



**Prezados Acionistas,**

Em conformidade com as normativas legais e estatutárias, a Administração da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. apresenta o Relatório das principais atividades relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado das Demonstrações Contábeis em conformidade com a legislação societária brasileira. Estas demonstrações englobam a Demonstração do Valor Adicionado – DVA e a Demonstração do Fluxo de Caixa, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes. Reconhecemos a importância destes documentos para comunicar o desempenho da nossa Companhia à sociedade, parceiros, acionistas e clientes.

A Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. é uma sociedade de economia mista de capital fechado, com registro no CNPJ sob o número 03.311.327/0001-72, conforme disposto no artigo 1º da Lei Nº 12.912, de 12 de setembro de 2019. Nossa atuação se estende como provedores de soluções tanto na esfera Pública quanto para empresas privadas, nos segmentos de tecnologia da informação e comunicação, videomonitoramento e controle, além de iniciativas voltadas para Cidade Inteligente.



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

É com grande orgulho e senso de responsabilidade que lideramos a Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento de Londrina, uma instituição essencial para o avanço da nossa cidade como referência em inovação e smart city. Nossa missão é transformar Londrina em um ambiente mais conectado, eficiente e sustentável, por meio de soluções tecnológicas que elevem a qualidade dos serviços públicos e promovam o desenvolvimento socioeconômico. A tecnologia é a base para construirmos uma cidade inteligente, e estamos comprometidos em entregar projetos que impactem positivamente a vida de todos os cidadãos.

Para 2025, estamos priorizando iniciativas que integrem soluções para modernizar a gestão municipal e aproximar o poder público da população. Desde a otimização dos canais de comunicação do cidadão com a Prefeitura, até a digitalização de processos administrativos, para que cada ação seja planejada para garantir transparência, eficiência e redução de custos. Sabemos que os desafios são grandes, mas contamos com uma equipe dedicada e parcerias estratégicas para superá-los, sempre alinhados às melhores práticas de governança e inovação.

Agradeço a todos os colaboradores, parceiros e cidadãos que acreditam no nosso trabalho e contribuem para o crescimento de Londrina. Juntos, estamos pavimentando o caminho para um futuro mais tecnológico, inclusivo e preparado para as demandas deste novo tempo. Conto com o apoio de todos para seguirmos transformando nossa cidade em um exemplo nacional de smart city, onde a tecnologia serve, acima de tudo, ao bem-estar da população.

**Roberto Moreira de Oliveira**

Diretor Presidente



## A COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S.A

**NOSSA MISSÃO:** Ser referência em integrações de soluções tecnológicas em Govtech e Smart City, com foco na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., visando contribuir na eficiência do setor público tem como missão desenvolver, aprimorar e prover, por meios tecnológicos integrando soluções inovadoras que permitam a modernização de processos, otimização de recursos e a melhoria da qualidade dos serviços públicos, além da facilitação e simplificação da vida do cidadão.

**NOSSA VISÃO:** Ser referência nacional até 2030 em soluções tecnológicas para Administração Pública.

A Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., trabalha para ser reconhecida como melhor provedora em soluções tecnológicas para administração pública.

### **Crenças e Valores:**

- Seguimos os princípios da governança corporativa.
- Focamos no atendimento e na satisfação dos clientes.
- Mantemos a excelência em sistemas e serviços.
- Garantimos a segurança e sigilo de dados e informações.
- Incentivamos o desenvolvimento profissional dos colaboradores.
- Valorizamos os colaboradores comprometidos com a organização.
- Valorizamos o capital intelectual.
- Buscamos sustentabilidade da gestão financeira.
- Fazemos a gestão responsável de recursos.



- Tomamos decisões positivas para a organização e stakeholders.
- Fazemos da Inovação prioridade estratégica para nos mantermos na liderança em tecnologias da informação e comunicação.

A Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., prima pela ética na condução de seus negócios, tendo como valores à transparência, a eficiência, a inovação e o comprometimento com as metas do setor público.

## 1. POTENCIALIZAÇÃO DE DESEMPENHO

Durante o exercício de 2025, a Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento – CTD iniciou o ano com uma reestruturação estratégica em sua área de negócios, fortalecendo sua capacidade de projetar, estruturar e sustentar soluções tecnológicas voltadas à administração pública. No período, além da manutenção e renovação de contratos estratégicos, a companhia manteve em posição de destaque o contrato de outsourcing de tablets e impressoras térmicas junto ao Município de Londrina, em razão de sua relevância operacional, do volume de equipamentos envolvidos e de sua contribuição para a transformação digital das secretarias municipais. Entre os projetos, inovações e contratos de maior impacto em 2025, destacam-se os seguintes:

### Projetos e Inovações:

#### Plataforma Londrina On

A partir da reestruturação técnica da área de negócios, a CTD projetou e viabilizou o *Londrina On*, uma robusta plataforma *omnichannel* de atendimento e zeladoria digital. A ferramenta centraliza as demandas da população



### **Projeto Fila da Saúde**

Identificando um gargalo histórico na saúde pública, a CTD elaborou o projeto *Fila da Saúde*, com foco no combate direto ao absenteísmo de pacientes em consultas e exames. A falta não comunicada gera ociosidade na rede de atendimento e representa um grave desperdício de dinheiro público. A nova solução visa gerenciar as ausências de forma preditiva e inteligente, permitindo o remanejamento ágil da fila para que o tempo do profissional médico seja imediatamente aproveitado por outro cidadão que aguarda atendimento, otimizando a capacidade instalada do município.

### **ARP de Canal Eletrônico e TV Institucional**

Visando expandir o portfólio de soluções interativas, a CTD consolidou uma nova Ata de Registro de Preços (ARP) voltada para canais eletrônicos. Esta iniciativa propiciará um salto de qualidade no atendimento presencial da prefeitura, contemplando a implementação de totens de emissão de senhas e gestão de filas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e UPAs. Na educação, propicia o fornecimento de telas interativas gerenciadas à distância, inserindo tecnologia de ponta nas salas de aula. Além disso, engloba a estruturação de um serviço de TV Institucional para a disseminação ágil de informações oficiais aos munícipes e servidores.

### **Contratos:**

#### **Atendimento ao Município de Londrina – Outsourcing de Tablets e Impressoras Térmicas**

O contrato de outsourcing de tablets com softwares gerenciais e impressoras térmicas portáteis permaneceu, em 2025, como uma das principais frentes estratégicas da CTD. A relevância desse instrumento contratual decorre não apenas do expressivo volume de equipamentos disponibilizados às secretarias municipais, mas também de sua complexidade logística, da necessidade de suporte contínuo e de sua aderência às iniciativas de modernização da gestão pública municipal. Trata-se de uma solução que consolidou a capacidade da CTD de entregar serviços completos e personalizados, envolvendo fornecimento



de equipamentos, conectividade, manutenção e operação assistida, com impacto direto na eficiência administrativa e na continuidade dos serviços públicos. Além disso, a execução contratual permanece vinculada à parceria estratégica com a Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda., que sustenta o modelo de outsourcing adotado e reforça a capacidade operacional da companhia em projetos de grande escala.

#### **Atendimento Celepar**

Com o objetivo de manter a excelência no atendimento e aprimorar a experiência do cidadão, o contrato de prestação de serviços de *callcenter* junto à Celepar foi renovado em 2025, assegurando a continuidade operacional e a alta qualidade do suporte prestado.

#### **Atendimento Londrina Iluminação S.A.**

As parcerias estratégicas com a Londrina Iluminação foram integralmente mantidas e renovadas. Isso garantiu tanto a continuidade da operação de atendimento receptivo de *callcenter* (focado no cidadão) quanto o contrato de suporte corporativo, assegurando a eficiência operacional, a infraestrutura e o *Compliance* do órgão.

#### **Atendimento a Secretaria Municipal de Defesa Social – SMDS (Totens de Segurança)**

O contrato de locação e operação dos totens de monitoramento foi aditivado até o final de 2025, sem ônus adicional ao município. Este aditamento teve como foco estrito a manutenção da operação básica e a segurança dos dados durante os meses finais de vigência contratual. Alinhado às novas diretrizes da administração municipal, o projeto entrou em fase de transição para sua descontinuidade programada. Dessa forma, a atuação da CTD neste serviço ao longo de 2025 concentrou-se em garantir um encerramento seguro e organizado das atividades, preparando a liquidação do escopo e a devolução da infraestrutura até o término do prazo estipulado.



### **Outsourcing de Mobilidade (Novo Contrato de Smartphones)**

Em 2025, ampliando sua esteira de serviços, a CTD formalizou um novo contrato focado no fornecimento de *smartphones* corporativos para Londrina Iluminação. Esta contratação tecnológica visa equipar os técnicos da companhia com conectividade e mobilidade de ponta, requisitos fundamentais para a execução de serviços externos e o uso eficiente de aplicativos de gestão diretamente em campo.

## **2. INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA**

No decorrer do exercício de 2025 foram adotadas medidas administrativas voltadas à manutenção e ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica da CTD, com foco na continuidade dos serviços e na segurança dos ativos de Tecnologia da Informação.

### **Processo de Contratação – Suporte Data Center**

No final do ano de 2025, foi instaurado processo administrativo visando à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte ao Data Center da CTD, o referido processo encontra-se em tramitação, atualmente em fase de instrução.

### **Contratação Antivírus CrowdStrike**

Realizamos contratação de nova solução de antivírus, denominada **CrowdStrike**, no valor de R\$ 58.950,00. A contratação teve como objetivo reforçar os mecanismos de segurança da informação, garantindo maior proteção aos servidores, estações de trabalho e demais ativos tecnológicos da Companhia.

Ressalta-se que as medidas adotadas no período não se caracterizam como investimentos em Tecnologia da Informação, mas sim como despesas de manutenção e custeio, indispensáveis para assegurar a continuidade operacional, a estabilidade dos sistemas e a adequada proteção do ambiente tecnológico da CTD.



### 3. GESTÃO DE PESSOAS

A Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A está empenhada em preservar a saúde e segurança de seus empregados, consciente dos diversos riscos inerentes ao nosso ramo de atuação. Nossa abordagem proativa e próxima visa à gestão preventiva, destacando-se na prevenção de acidentes de doenças ocupacionais. Implementamos estratégias como o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Em 2025 foram realizados 104 exames clínicos ocupacionais e 70 exames audiométricos. Destacamos nossas atividades em saúde e segurança do trabalho, incluindo treinamentos na integração de novos contratados, orientações sobre prevenção de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, monitoramento mensal dos atestados diagnosticando possíveis doenças ocupacionais para implantação de medidas preventivas, vigilância dos dispositivos de segurança contra incêndios, formação contínua da brigada de incêndio, treinamentos sobre riscos ambientais e avaliação do ambiente de trabalho remoto.

A Companhia mantém uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPA), comprometida com a segurança e bem-estar dos funcionários, alinhada aos princípios da NR 5. Destacamos a realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), que promove palestras relevantes e momentos que potencializam a qualidade de vida dos empregados.

### 4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da empresa está fundamentada em quatro pilares essenciais da Governança Corporativa: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, conforme estabelecido pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Código das Melhores



Práticas de Governança Corporativa do Instituto de Governança Corporativa (IBGC). Esses pilares orientam as decisões estratégicas, operacionais e financeiras da empresa, além de garantir a confiança de seus investidores e stakeholders.

A empresa conta com um Conselho de Administração composto por membros independentes, com a principal responsabilidade de supervisionar a gestão estratégica, avaliar riscos e acompanhar o desempenho organizacional. Para garantir a conformidade e a transparência, a empresa também conta com um Conselho Fiscal, que tem como função fiscalizar os atos da administração, garantindo a conformidade com as normas legais e regulamentares. Além disso, contamos com um Comitê de Auditoria Estatutário, que supervisiona as práticas de auditoria interna e externa, garantindo a integridade das informações financeiras e a eficácia dos controles internos.

Com o intuito de garantir a transparência, a área de Governança Corporativa trabalha a partir de medidas de incentivo ao uso do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, visando o fortalecimento da transparência. Também, a empresa atualiza constantemente seus canais de comunicação, disponibilizando informações relevantes para os stakeholders. No site da empresa, é possível acessar as súmulas das atas de reuniões dos órgãos da administração, a composição acionária, a composição dos órgãos da administração, o estatuto social, formulários com informações financeiras mais relevantes, o organograma e os relatórios da administração pertinentes a exercícios anteriores, entre outros documentos importantes.

Acreditamos que uma governança sólida é essencial para o crescimento sustentável da empresa e continuaremos a fortalecer nossas práticas para garantir a criação de valor a longo prazo para nossos acionistas e para a sociedade como um todo.

Estrutura governamental da Companhia 31/12/2025:



## 5. CONTROLES INTERNOS

A Companhia possui práticas de governança visando à segurança e a conformidade, bem como a integridade das suas operações, para que isso ocorra possui as áreas de Auditoria Interna e Gestão de Riscos e *Compliance*.

A Auditoria Interna está vinculada ao Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria Estatutário, tendo como responsabilidade executar atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, comercial, administrativa, operacional e patrimonial da empresa, aferir a adequação dos controles internos bem como a confiabilidade dos processos, atuando nas diversas áreas da companhia, buscando proteger a integridade do patrimônio, tendo como objetivo avaliar se os processos internos e rotinas de trabalho estão sendo efetivamente seguidos de acordo com as normas internas e legais.



As atividades de trabalho a serem executadas durante o exercício são realizadas de acordo com o planejamento anual elaborado pelo Auditor Interno, conforme disposições legais, bem como, de acordo com os requisitos mínimos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que estabelece as diretrizes e o programa das avaliações que deverão ser realizadas pela Auditoria Interna. Os trabalhos a serem desenvolvidos devem focar na implantação de políticas e práticas de controles internos, gerenciamento de riscos corporativos e Compliance, visando assim promover a conduta ética, a integridade e o combate à corrupção, assegurando boas práticas da governança, a gestão dos recursos e a proteção ao patrimônio da companhia.

A área de Riscos e *Compliance* é responsável pelo Programa de Integridade que tem como objetivo prevenir, detectar e corrigir desvios de conduta, incluindo fraude e corrupção na Companhia, planejada e implementada de forma sistêmica, com aprovação da Alta Administração. Através do Programa de Integridade, buscou-se desenvolver e manter uma cultura ética e transparente entre todos os seus empregados, terceiros, parceiros, clientes e cidadãos, que se envolvem diretamente com a Companhia nas mais diversas relações.

Buscando o compromisso com a ética e a transparência, a Companhia dispõe de Canais de Denúncia, aberto e amplamente divulgados ao público, interno e externo, que pode ser utilizado para denunciar atos de corrupção praticados contra a Companhia, tais como fraudes, desvios e outras ilicitudes praticadas, e/ou assédios. Além disso, os Canais de Denúncia também servem para receber denúncias, internas ou externas, de violações ao Código de Conduta Profissional ou denúncias relativas ao descumprimento de políticas, procedimentos e normas internas, conflito de interesses, fraudes, irregularidades em licitações, contratos com fornecedores e parceiros, leis e regulamentos.

## 6. PRIVACIDADE DE DADOS



Durante o ano de 2025, a CTD reforçou seu compromisso com a conformidade à Lei nº 13.709/2018, Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais normas aplicáveis, integrando a proteção de dados pessoais aos seus processos e à cultura organizacional.

A Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais atuou de forma transversal, prestando suporte às áreas internas e às instâncias de governança na incorporação de requisitos de privacidade às rotinas institucionais.

Foram realizadas análises de conformidade com o objetivo de verificar a aderência à LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, identificar riscos e definir medidas de mitigação, promovendo o aprimoramento dos fluxos de tratamento de dados e o fortalecimento dos controles de segurança e transparência.

A Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais também participou de cursos e eventos relacionados à privacidade, proteção de dados e segurança da informação, contribuindo para a elevação do conhecimento institucional e para o aprimoramento do suporte técnico às áreas internas.

No período, identificou-se a necessidade de atualização de servidores e de reforço dos mecanismos de proteção, com adoção de medidas voltadas à melhoria da infraestrutura tecnológica e à revisão de procedimentos de segurança, mesmo diante das limitações financeiras enfrentadas pela Companhia.

As ações desenvolvidas consolidam a proteção de dados como compromisso permanente da CTD, avançando na governança por meio da conformidade normativa, do planejamento de melhorias contínuas e da capacitação institucional, fortalecendo, assim, a confiança de clientes, parceiros e empregados.



## 7. FATOS RELEVANTES

A Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A. (CTD) consolidou, no exercício de 2025, sua atuação na estruturação de soluções tecnológicas, no fortalecimento de parcerias estratégicas e no aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento gerencial, ampliando sua relevância institucional no suporte à administração pública municipal. No período, a companhia avançou em iniciativas voltadas à modernização dos serviços, ao aperfeiçoamento da gestão contratual e à organização de projetos estruturantes, em linha com seu papel de apoio à transformação digital do Município de Londrina.

### **Parcerias Estratégicas e Expansão de Negócios:**

#### **Colaboração com a Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda.:**

A CTD deu continuidade à parceria com a Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda., impulsionando o desenvolvimento e a comercialização de soluções de outsourcing de equipamentos e serviços de tecnologia. Essa colaboração estratégica permaneceu relevante para a ampliação da capacidade operacional da companhia e para o fortalecimento de sua posição no mercado de locação de equipamentos de TI. Em 2025, essa parceria também contribuiu para a viabilização de novo contrato junto à Londrina Iluminação, voltado ao fornecimento de smartphones corporativos, ampliando a atuação da CTD em soluções de mobilidade e conectividade para uso institucional.

#### **Projetos e contratações para modernização dos serviços:**

Em 2025, a CTD avançou na estruturação interna do Projeto Londrina On, plataforma de multiatendimento voltada à modernização da relação entre o cidadão e a gestão municipal. No mesmo contexto, também foi encaminhada contratação de solução tecnológica para gerenciamento de canal eletrônico de comunicação institucional, contemplando software de gestão remota, equipamentos em comodato, instalação, manutenção, suporte técnico,



produção de conteúdos e treinamentos, a ser executada por meio de Ata de Registro de Preços.

#### **Cooperação técnica para organização da gestão pública:**

Também merece destaque a formalização do Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 10/2025, celebrado entre o Município de Londrina e a CTD, com interveniência das Secretarias Municipais de Governo e de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, para cessão de uso do Sistema de Gestão de Projetos da CTD à Administração Direta, Autárquica e Fundacional. O instrumento tem por objeto a cessão gratuita de uso do sistema, em versão atualizada e parametrizada, com apoio técnico para instalação e utilização, oferta de treinamento por meio da Escola de Governo e manutenção operacional em infraestrutura da própria CTD, sem transferência de recursos financeiros entre as partes. Embora não represente receita imediata, a iniciativa possui elevada relevância institucional por disponibilizar ferramenta indispensável à organização da gestão municipal e por criar perspectiva para futuras demandas de manutenção, parametrização e customizações do sistema, em uma segunda fase, conforme a evolução do uso pela Prefeitura.

#### **Apresentação e acompanhamento de projetos estratégicos:**

Ao longo do exercício, a área de negócios promoveu a apresentação e o acompanhamento dos projetos estratégicos em andamento, com o objetivo de monitorar sua evolução, identificar oportunidades de aprimoramento e contribuir para o desenvolvimento mais estruturado das iniciativas conduzidas pela companhia. Esse movimento reforçou a visão integrada sobre os projetos e favoreceu maior alinhamento entre formulação, acompanhamento e tomada de decisão.

#### **Contratos Estratégicos:**

##### **Município de Londrina (Contrato SMGP-0099/2023):**



A CTD manteve, em 2025, a relevância estratégica do contrato de outsourcing firmado com o Município de Londrina, voltado ao fornecimento de tablets com softwares gerenciais e impressoras térmicas portáteis para atendimento das secretarias municipais. Trata-se de contrato de grande escala, que já contava, no exercício anterior, com 6.586 equipamentos locados, evidenciando sua expressiva dimensão operacional e sua importância para a companhia. Mesmo originado em exercícios anteriores, o instrumento permaneceu como uma das principais frentes de negócio da CTD, em razão de sua complexidade logística, da necessidade de suporte contínuo e de sua contribuição para a transformação digital da gestão pública municipal.

**Parceria com a Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. (Contrato 009/2022):**

A parceria estratégica formalizada entre CTD e Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda. permaneceu como suporte essencial ao modelo de outsourcing adotado pela companhia, abrangendo fornecimento de equipamentos, softwares, assistência técnica, suporte ao usuário, treinamento, logística e logística reversa. Esse arranjo permaneceu relevante para sustentar a operação de contratos de maior porte e ampliar a capacidade de entrega da CTD em soluções tecnológicas para o setor público.

**Atendimento Celepar:**

Em 2025, o contrato de call center junto à Celepar foi renovado, assegurando a continuidade da prestação de serviços e a manutenção de uma operação já consolidada no portfólio da companhia. A permanência desse contrato reforça a atuação da CTD em soluções de atendimento e suporte ao cidadão.

**Atendimento Londrina Iluminação S.A.:**

As parcerias com a Londrina Iluminação foram mantidas ao longo do exercício, abrangendo tanto a continuidade dos serviços de call center quanto do contrato corporativo de suporte. No mesmo contexto, foi formalizado novo contrato para fornecimento de smartphones



corporativos, ampliando o escopo da relação institucional e a presença da CTD em soluções de mobilidade.

**Secretaria Municipal de Defesa Social (Contrato 0172/2023):**

O contrato relacionado aos totens de monitoramento urbano foi aditivado, sem custo adicional ao município, até o encerramento do exercício de 2025. Durante esse período, a atuação concentrou-se na manutenção da operação necessária à vigência contratual e na condução ordenada da fase final do serviço, considerando a ausência de interesse da administração municipal em sua continuidade para o exercício subsequente.

**Outros pontos significativos:**

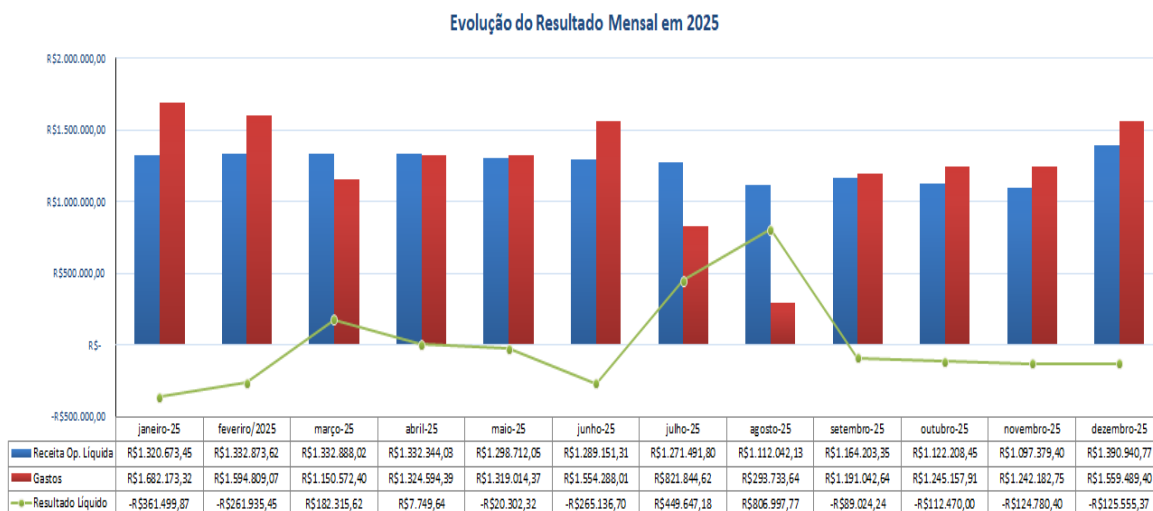
A área de Negócios também promoveu, em 2025, a implantação de mecanismo mensal de monitoramento da margem de contribuição por contrato, com vistas ao aprimoramento do acompanhamento gerencial e ao fortalecimento da tomada de decisões. No mesmo movimento, foram previstos estudos para definição de gatilhos de revisão contratual, avaliação de revisões programadas em contratos de longo prazo e classificação dos contratos por tipo, buscando maior previsibilidade, controle e racionalidade na gestão do portfólio contratual.

Além disso, a CTD deu sequência ao fortalecimento de sua capacidade de adaptação institucional e de organização interna, ampliando a integração entre prospecção de oportunidades, acompanhamento de contratos e estruturação de projetos. Esse conjunto de ações contribuiu para consolidar bases mais consistentes para a expansão qualificada dos negócios da companhia e para o aperfeiçoamento de sua atuação junto ao Município.

## 8. RESULTADOS CONSOLIDADOS

### Demonstrativo de Resultado Econômico:

Observa-se o gráfico abaixo de evolução do resultado mês a mês no exercício de 2025:



A geração de receitas manteve-se estável ao longo do ano de 2025, com tendência de aumento ao final do exercício. O fator preponderante desse aumento é a operacionalização do contrato do Sistema Londrina On – Multicanal de Atendimento ao Cidadão, para solicitações de serviços essenciais de zeladoria.

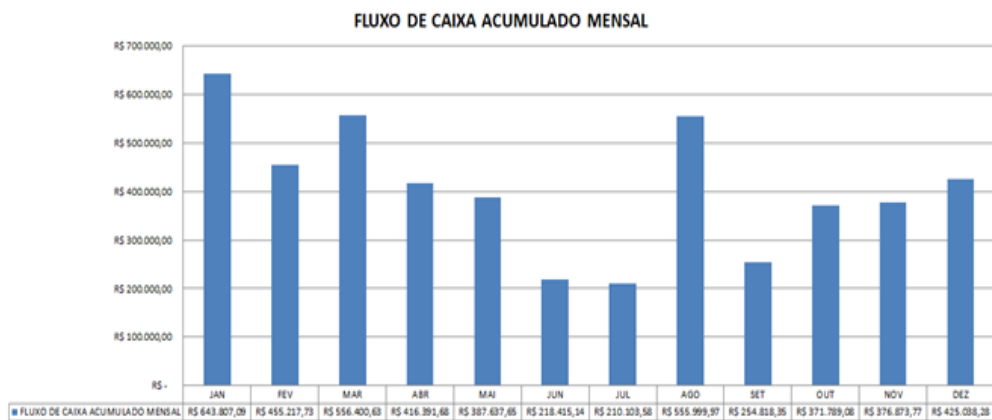
O lucro líquido de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais) da Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S/A (CTD) em 2025 foi impulsionado por uma subvenção econômica de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), recebida do Acionista Majoritário Prefeitura do Município de Londrina.

Considerando a série histórica dos últimos 05 (cinco) anos da Companhia, observa-se expressiva evolução na geração de receita operacional a partir de 2025, mantendo-se estável:

## 9. FLUXO DE CAIXA

A gestão do capital de giro da Companhia passou por importante revisão. O cenário em que a Companhia esteve durante os últimos anos, afetou de maneira substancial o fluxo de caixa, incorrendo em sucessivos atrasos de pagamento de fornecedores, parcelamentos de tributos tanto municipais como federais.

Com isso, o saldo do fluxo de caixa da Companhia no exercício de 2025 apresentou oscilações ao longo do ano, com leve tendência de alta ao final do exercício, conforme demonstrado no gráfico abaixo:





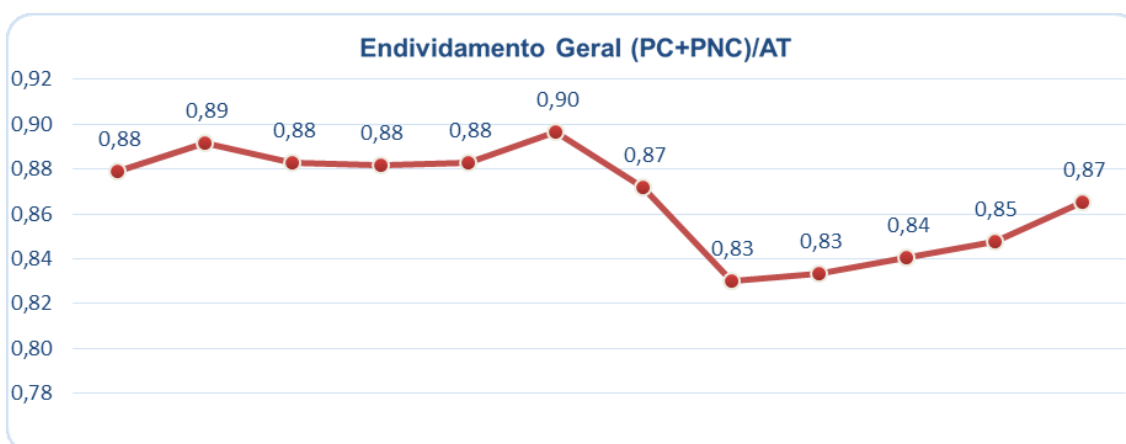
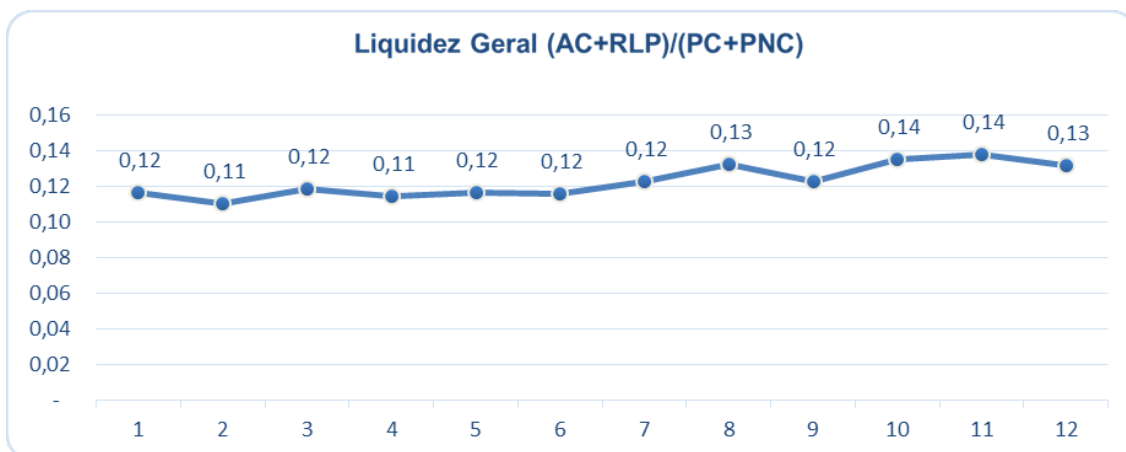
### Regularidade Fiscal e Compromisso com a Responsabilidade Tributária

A Companhia reafirma seu compromisso com a transparência e a responsabilidade fiscal ao cumprir integralmente suas obrigações tributárias no exercício de 2025. Passou a adotar medidas que priorizasse o pagamento pontual de todos os tributos do mês corrente, afastando ao máximo a contração de novas dívidas tributárias, demonstrando seu compromisso com as boas práticas de governança.

Esse cumprimento reforça a credibilidade, garantindo conformidade com a legislação vigente e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, ao manter suas obrigações fiscais em dia, a Companhia assegura regularidade junto ao fisco, possibilitando a emissão das certidões comprobatórias exigidas para suas atividades, fator crucial para manutenção das operações junto a órgãos públicos.

### Indicadores Financeiros:

Abaixo, apresenta-se a evolução mensal dos principais indicadores financeiros no exercício de 2025, demonstrando estabilidade tanto na Liquidez Geral da Companhia, quanto nos graus de Endividamento Geral.



#### Recomendações Auditoria Externa:

O Relatório de Auditoria Externa de 2025 da CTD apontou ressalvas relacionadas à ausência de estudos de vida útil e valor residual de ativos imobilizados e intangíveis (conforme CPC 27 e CPC 04), bem como a não realização do teste de recuperabilidade (*impairment test*) desses ativos (conforme CPC 01). A gestão da CTD reconhece a importância de sanar essas questões para garantir a conformidade contábil e a fidedignidade das demonstrações financeiras.



## Plano de Ação

Em resposta às ressalvas identificadas, a CTD está implementando o seguinte plano de ação:

- 1. Reconhecimento e Priorização:** A Diretoria da CTD reconhece a criticidade das ressalvas e as priorizou como ações estratégicas para o ano de 2026.
- 2. Processo Licitatório para Contratação de Prestador de Serviço Especializado:** A CTD iniciou um processo licitatório para a contratação de uma empresa especializada em avaliação de ativos e consultoria contábil. O objetivo é assegurar que os estudos de vida útil e valor residual, bem como o teste de recuperabilidade (*impairment test*), sejam realizados por profissionais com expertise comprovada e em conformidade com as normas contábeis vigentes (CPC 27, CPC 04 e CPC 01).

A CTD está comprometida com a excelência em suas práticas contábeis e de governança. A iniciativa de contratar uma empresa especializada via processo licitatório demonstra a seriedade com que a empresa trata as recomendações da auditoria, buscando aprimorar continuamente seus processos e garantir a máxima transparência para seus sócios e fiscalizadores.

### Ações Estratégicas:

A Companhia busca estabelecer e fortalecer as conexões com a administração pública direta e indireta, disponibilizando mais opções de soluções e serviços em tecnologia da informação e comunicação. O segmento de Negócio busca atuar como integrador de soluções tecnológicas *Govtech* e *Smart City* para administração pública direta e indireta conforme objeto social da Companhia, que está descrito no art. 4º do Estatuto Social. Atualmente, a organização mantém sua atuação como prestadora de serviços de *service desk*, *outsourcing* e de *software* para empresas públicas e administração direta.



Além disso, a exemplo das demais organizações do setor, a Companhia tem preocupação em manter sua estrutura organizacional e de gestão alinhados e adequados em relação ao que há de mais atual em termos de modelo mercadológico e tecnológico.

Mantem-se, portanto, compromisso com a gestão responsável e eficiente de suas obrigações, consolidando sua posição como um agente econômico ético e atento às melhores práticas empresariais.

## **10. ASSUNTOS GERAIS**

A Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento - CTD e o Instituto de Desenvolvimento de Londrina – Codel compartilham a “gestão do TECNOCENTRO”, que poderão delegar a terceiros, mediante convênios, contratos de gestão ou termos de parceria, a gestão integral ou parcial do empreendimento, conforme atividades delegadas pela Lei Municipal nº 13.337/2022.

O ambiente possui estrutura completa para abrigar empresas de diversos portes, local possui área total de 3.144,93 metros quadrados, divididos em dois pavimentos, haverá espaço para um grande laboratório e módulos para empreendimentos de menor porte; recepção, auditório, sanitários e copa; sala de reuniões e sanitários. Já na área externa há dois locais para estacionamentos, além de áreas técnicas para equipamentos e guarita.

## **11. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS**

A Companhia em seu planejamento estratégico 2025-2030 apresenta suas perspectivas de futuro, considerando as projeções macroeconômicas, o ambiente regulatório e as tecnologias que porventura serão incorporadas nos próximos anos.



A Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A., vem trabalhando em conjunto com a gestão do Município de Londrina concentrando esforços para modernizar e ampliar a infraestrutura e os sistemas de Tecnologia da Informação.

Desta feita, almeja-se, por meio de diferentes ferramentas tecnológicas, a concretização de serviços importantes para o cidadão londrinense, missão esta que foi destacada à companhia.

Ressaltamos que continuamos buscando o crescimento, modernização e adequação a novas tecnologias para acompanhar as tendências do mercado atual, através de ferramentas de inteligência artificial, de gestão e da procura por novos negócios, dessa forma pretendemos alcançar o aumento de produtividade, a ampliação da empresa e seu desenvolvimento. A Companhia está preparada para enfrentar os próximos desafios e alcançar novos patamares de sucesso em 2025.

## **12. AGRADECIMENTOS**

A Companhia de Tecnologia da Informação S.A. agradece aos seus acionistas, ao comprometimento e profissionalismo dos nossos empregados e parceiros, bem como a confiança de nossos clientes.

**Roberto Moreira de Oliveira**

Diretor Presidente

**Stephanie Rossi Pasello**

Diretora Administrativa Financeira



Relatório da Administração aprovado pelo Conselho de Administração, conforme Ata de Reunião nº 293ª realizada em 26/03/2026.

**Ronaldo Couza**

Presidente do Conselho de Administração

**Ana Paula Murakawa**

Membro do Conselho de Administração

**José de Souza Junior**

Membro do Conselho de Administração

**Marlon de Carvalho Paschoal**

Membro do Conselho de Administração

**Roberto Yukio Nishimura**

Membro do Conselho de Administração



# **RELATÓRIO DE AUDITORIA DE 2025**



**Março/2026**

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	<b>Pág.</b>
<b>I.</b> Introdução	03
<b>II.</b> Relatório dos Auditores Independentes	04
<b>III.</b> Extensão do Trabalho	08
<b>IV</b> Demonstrações Contábeis	09
<b>V.</b> Relatório Circunstanciado da Auditoria	17

Campinas/SP, 12 de março de 2026

À  
**COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**

Realizamos na **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**, trabalhos de auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre a referida auditoria, revisão e análise e que compreendem:

Balço Patrimonial;  
Demonstração de Resultado do Exercício;  
Demonstração do Resultado Abrangente;  
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;  
Demonstração dos Fluxos de Caixa;  
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e  
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

ROBERTO ARAUJO  
DE  
SOUZA:06455621816

Assinado de forma digital por  
ROBERTO ARAUJO DE  
SOUZA:06455621816  
Dados: 2026.03.13 13:00:35 -03'00'

**STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA**  
Roberto Araújo de Souza  
Sócio  
CTCRC 1SP242826/O-3 'S' PR

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Acionistas, Administradores e Conselheiros da

**COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**

### **Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva**

#### **Estudos sobre a vida útil e valor residual do imobilizado e intangível**

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 – R1 – ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil. Consequentemente, não foi possível satisfazer-mo-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a empresa tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e

intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação/amortização acumuladas registradas no ativo não circulante, no valor de R\$ 7,171 milhões, e da despesa de depreciação/amortização contabilizada no resultado do exercício no valor de R\$ 453 mil.

### **Teste de impairment (teste de recuperabilidade)**

A Administração da companhia não determinou a realização do teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da companhia ou pela sua venda. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 01 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros Assuntos**

#### **Demonstrações contábeis do período anterior**

As demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores, que emitiram relatório em 17/04/2025, sem modificação de opinião e ênfases alertando sobre a continuidade das operações, e incidente de cibersegurança.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 12 de março de 2026.



CRC2SP023856/O-1 'S' PR  
CNPJ 07791963/0001-08

Assinado de forma digital por  
ROBERTO ARAUJO DE SOUZA:06455621816  
Dados: 2026.03.13 13:01:10  
-03'00'

**ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA**  
CTCRC1SP242826/O-3 'S' PR  
Sócio

## **EXTENSÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS**

Conforme nosso CONTRATO ADMINISTRATIVO e Termo de Referência Nº 001/2025, Anexo II do Edital de Pregão nº 003/2025 Nº 102/2024, foram realizados serviços de auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossos trabalhos têm que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.

Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileira de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Em nossos trabalhos não evidenciamos nenhum efeito significativo que pudesse ocasionar reflexos substanciais no encerramento das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, exceto aqueles comentados em nosso relatório circunstanciado, e na ressalva descrita em nosso relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, que é parte integrante deste relatório.

Nesta oportunidade os trabalhos realizados incluíram todos os procedimentos normalmente aplicados em exames conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Tais procedimentos foram aplicados nesta etapa dos trabalhos, a fim de que as demonstrações contábeis anuais apresentassem adequadamente a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**



Balanco Patrimonial - Ativo e Passivo  
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.428</b>	<b>2.714</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>7.017</b>	<b>3.959</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	425	739	Obrigações sociais	12	875	794
Contas a receber	5	511	1.120	Fornecedores	13	1.659	1.431
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.277	688	Obrigações fiscais	14	1.730	1.470
Adiantamentos		110	78	Utilidades e serviços a pagar		20	216
Estoques		-	-	Outras Contas a Pagar		2.733	47
Despesas antecipadas	7	105	89	Despesas financeiras		-	-
				<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>12.347</b>	<b>13.592</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>19.948</b>	<b>17.549</b>	Fornecedores LP	15	97	-
Depósitos judiciais	9	126	67	Impostos parcelados	16	1.798	2.760
Imobilizado	10	19.821	17.479	Provisão para contingências	17	10.452	10.832
Intangível	11	1	3	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	18	<b>3.012</b>	<b>2.712</b>
				Capital social		49.875	49.875
				Prejuízos acumulados		(46.863)	(47.163)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>22.376</b>	<b>20.263</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>22.376</b>	<b>20.263</b>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.



Demonstração do Resultado dos Exercícios  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receita bruta de serviços prestados</b>	<b>15.728</b>	<b>15.991</b>
Deduções da receita	(663)	(730)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>15.065</b>	<b>15.261</b>
Custo dos serviços prestados	(12.097)	(12.182)
<b>Resultado bruto</b>	<b>2.968</b>	<b>3.079</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(2.882)</b>	<b>(3.801)</b>
Despesas gerais e administrativas	(3.065)	(4.667)
Resultado financeiro	(397)	(346)
Outras receitas (despesas) operacionais	621	153
Constituição/Reversão de provisão para contingências	(41)	1.059
<b>Resultado operacional antes dos impostos</b>	<b>86</b>	<b>(722)</b>
IRPJ	-	-
CSLL	-	-
<b>Lucro/Prejuízo líquido</b>	<b>86</b>	<b>(722)</b>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Não há outros resultados abrangentes neste e no exercício anterior



**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Integralização de Capital	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucro/Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>47.013</b>			<b>(46.446)</b>	<b>567</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-
Integralização de capital	2.862			-	2.862
Resultado líquido do período	-	-	-	(722)	(722)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	4	4
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>49.875</b>	-	-	<b>(47.164)</b>	<b>2.711</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	86	86
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	215	215
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>49.875</b>	-	-	<b>(46.863)</b>	<b>3.012</b>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.



**Demonstração de Fluxo de Caixa**  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Atividades Operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício - Antes de IRPJ e CSLL	86	(722)
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e amortização	453	287
Provisão para contingências	(380)	(79)
Ajuste de Exercícios Anteriores	214	4
	<u>373</u>	<u>(510)</u>
<b>Variações no ativo</b>		
(Aumento) Redução em contas a receber de serviços	610	(120)
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(589)	(507)
(Aumento) Redução em adiantamentos	(32)	248
(Aumento) Redução em estoques	-	8
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	(63)	345
(Aumento) Redução em despesas a serem rateadas	47	(47)
(Aumento) Redução em despesas judiciais	(59)	(1)
	<u>(86)</u>	<u>(74)</u>
<b>Variações no passivo</b>		
Aumento (Redução) em fornecedores	325	(250)
Aumento (Redução) em obrigações sociais	80	(520)
Aumento (Redução) em obrigações fiscais	260	(74)
Aumento (Redução) em utilidades e serviços a pagar	(195)	(138)
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	2.685	(547)
Aumento (Redução) em impostos parcelados	(962)	(191)
	<u>2.193</u>	<u>(1.720)</u>
	<u>2.480</u>	<u>(2.304)</u>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Integralização de Capital Social	-	2.862
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capi	-	-
<b>Total das atividades de financiamento</b>	<u>-</u>	<u>2.862</u>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Aplicações nos investimentos	-	-
Aquisição de imobilizado	(2.794)	(13)
Intangível	-	-
<b>Total das atividades de investimento</b>	<u>(2.794)</u>	<u>(13)</u>
<b>Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(314)</u>	<u>545</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	739	194
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>425</u>	<u>739</u>
	<u>(314)</u>	<u>545</u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.



Demonstração de Fluxo de Caixa  
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>RECEITAS</b>		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.728	15.991
Outras Receitas	719	398
	<b>16.447</b>	<b>16.389</b>
<b>(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	-	-
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	6.823	7.282
Materiais, Energia, Serviços e Outros	508	978
<b>(=) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>9.116</b>	<b>8.129</b>
<b>(-) DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	454	345
<b>(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>8.662</b>	<b>7.784</b>
<b>(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIAS</b>	-	-
Receitas Financeiras	5	149
Outras	(139)	814
	-	-
<b>(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>8.528</b>	<b>8.747</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	-	-
<b>(-) Pessoal</b>	-	-
Remuneração Direta	4.992	5.570
Benefícios	1.142	1.522
F.G.T.S.	321	509
Honorários da Administração	691	632
	<b>7.146</b>	<b>8.233</b>
<b>(-) Impostos, Taxas e Contribuições</b>	-	-
Federais	574	615
Municipais	89	114
	<b>663</b>	<b>729</b>
<b>(-) Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	-	-
Juros	402	507
Alugueis	231	-
	<b>633</b>	<b>507</b>
<b>(-) Remuneração de Capitais Próprios</b>	-	-
Lucros/Prejuízos Retidos	86	(722)

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

---

**SUMÁRIO**

1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	12
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	12
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....	13
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA .....	14
5. CONTAS A RECEBER .....	14
6. TRIBUTOS A RECUPERAR .....	15
7. DESPESAS ANTECIPADAS .....	15
8. PARTES RELACIONADAS .....	16
9. DEPÓSITOS JUDICIAIS .....	17
10. IMOBILIZADO .....	18
11. INTANGÍVEL .....	19
12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS .....	19
13. FORNECEDORES .....	20
14. OBRIGAÇÕES FISCAIS .....	20
15. TRIBUTOS PARCELADOS A LONGO PRAZO (Passivo Não Circulante) .....	20
16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS .....	22
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	23
18. BASES FISCAIS PARA TRIBUTAÇÃO DO LUCRO REAL: .....	23
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	23
20. SEGUROS .....	24
21. FATOS RELEVANTES .....	24



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, constituída em 1999, com sede em Londrina-PR.

Com a aprovação da Lei 12.871/19, a Companhia sofreu mudança significativa na sua estrutura acionária, passando a ser controlada pelo Município de Londrina e pela Londrina Iluminação S.A., e não mais pela Sercomtel S.A. Telecomunicações, empresa que foi privatizada em 2020.

A Lei 12.912/19, Artigo 1º, parágrafo 1º, ampliou as competências operacionais da Companhia, permitindo a realização dos seguintes serviços:

- I. Implantar e executar o canal de comunicação entre a população e a Prefeitura de Londrina (Gestão de Demandas Prefeitura 156), por meio de solução integrada de atendimento e demais atividades correlatas e afins;
- II. Implantar e executar Telecobrança de IPTU (Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana), ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e demais atividades correlatas e afins;
- III. Implantar e executar, por meio de contato telefônico ou outros meios eletrônicos, a comunicação e a divulgação de campanhas de vacinação e de prevenção de doenças endêmicas, para a Secretaria de Saúde e demais atividades correlatas e afins;
- IV. Implantar e operacionalizar, por meio de contato telefônico ou outros meios eletrônicos, o sistema de agendamento e avisos para consultas Prefeitura do Município de Londrina Estado do Paraná médicas, exames e procedimentos nos Postos de Saúde do Município, e demais atividades correlatas e afins;
- V. Implantar e operacionalizar o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) em Londrina e Região e demais atividades correlatas e afins;
- VI. Implantar infraestrutura de tecnologia da informação e gerir Redes de Computadores (Data Center) e demais atividades correlatas e afins;
- VII. Implantar e gerenciar o projeto de Cidade Inteligente (Smart City) no Município de Londrina, interligando questões de mobilidade urbana, atendimento ao cidadão, saúde pública, educação, tecnologia da informação e comunicação, uso sustentável dos recursos naturais (energia, água, ar e solo), logística reversa, coleta seletiva, governança, iluminação pública, segurança, economia, empreendedorismo e demais atividades correlatas e afins.

A Companhia adota o regime público de gestão nas aquisições e contratações de mão-de-obra, através do qual a administração mantém metas de racionalização de custos e obtenção de níveis adequados de rentabilidade e geração de recursos das suas operações.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Companhia de Tecnologia e Desenvolvimento S.A – CTD é constituída sob a forma de sociedade de economia mista, estando submetida às regras de transparência e governança corporativa da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), equiparando-se, para fins contábeis, às sociedades anônimas de capital fechado, sendo regida pelas leis 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), 11.638/2007 e nº 11.941/2009 (Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade).



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

Com isso, cabe ressaltar que as demonstrações financeiras, bem como as correspondentes notas explicativas, foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da sociedade e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas seguem às normas aplicadas às sociedades anônimas de capital fechado, regidas pelas leis 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), 11.638/2007 e nº 11.941/2009 (Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade), quais sejam:

**a) Apresentação das demonstrações financeiras**

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**b) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência para apropriação de receitas, custos e despesas.

**c) Mensuração da receita**

O CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requisitos, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Não foi apurado efeito significativo no balanço patrimonial da Companhia decorrente de ajustes por aplicação do CPC 47.

**d) Caixa e equivalente de caixa**

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos líquidos de impostos auferidos até a data do balanço, que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de seu valor.

**e) Contas a receber de clientes**

São apresentadas pelo valor de realização. A sociedade constitui perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD para valores cuja recuperação é considerada remota, em montante considerado suficiente pela administração.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

**f) Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

**g) Estimativas contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos calculados. Almejando a maior acuracidade possível, a companhia revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

Como exemplo da aplicação das normas contábeis para estimativas na Companhia, aplica-se o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 25 às provisões para contingências, que estabelece critérios para provisões e passivos/ativos contingentes. As provisões são reconhecidas no balanço quando a obrigação é presente, com provável saída de recursos e uma estimativa confiável. Já os passivos e ativos contingentes não são reconhecidos no balanço, mas são divulgados em notas explicativas caso sejam prováveis e não totalmente incertos, conforme o seu risco de ocorrência.

**h) Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

**4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos conta movimento	425	739
	-	-
	<u>425</u>	<u>739</u>

A movimentação bancária segue ocorrendo em três contas bancárias.

**5. CONTAS A RECEBER**

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber está apresentado da seguinte forma (em milhares de reais):

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Clientes	511	1.120
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	-
	<u>511</u>	<u>1.120</u>



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

**6. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ Estimativa Mensal	-	661
CSLL Estimativa Mensal	-	27
IRPJ Saldo Negativo	1.226	-
CSLL Saldo Negativo	52	-
	<u>1.278</u>	<u>688</u>

Em 2025, a empresa atuou no Regime de Lucro Real Anual - Estimativa Mensal (Balancete de Redução/Suspensão mensal). Ao final do período, os valores de Imposto de Renda Retidos na Fonte, Imposto de Renda Sobre o Lucro Líquido pago a maior, a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido Retida na Fonte e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido pago a maior foram transferidos para as contas contábeis de "IRPJ Saldo Negativo" e "CSLL Saldo Negativo". Dessa forma, na entrega da Escrituração Contábil Fiscal, tais valores poderão ser utilizados como crédito para compensação de tributos federais em favor da Companhia.

**7. DESPESAS ANTECIPADAS**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Seguros a apropriar	12	15
Assinaturas e periódicos	-	-
Licença de uso de software a apropriar	49	27
Locação de Nobreak (CT) a apropriar	44	47
	<u>105</u>	<u>89</u>

**Licença de usos de software a apropriar**

Em 23 de outubro de 2025, a Companhia contratou a empresa VSR.COM Informática LTDA para prestar serviços de locação de sistema de antivírus, pela vigência de 12 meses, no montante de R\$ 58.950,00, que foram apropriadas em 12 parcelas mensais de R\$ 4.912,50.

**Seguros a apropriar**

Houve a contratação da Carta Fiança T-9498 junto ao DANK - Instituição Financeira para garantir o valor de R\$ 524.967,00 do 2º Aditivo do Contrato com o cliente Celepar NR 2242/2021 - Vigência de 27/04/2024 a 27/10/2025. Porém, por ter sido indeferido pelo cliente, em janeiro/2025, ela foi apropriada no valor restante de R\$ 5.696,50.



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
(Em milhares de reais)

Para cobrir o período restante do contrato 2242/2021, foi realizado um depósito caução como garantia complementar, no valor de R\$ 141.283,19, na data de 24/01/2025. Esta rubrica foi incluída na conta 1.1.02.01.01.069 - CELEPAR - DEPÓSITO CAUÇÃO – CONTRATO, em Contas a Receber. Em 15/08/2025, o valor do depósito caução foi devolvido.

Com a assinatura do 3º aditivo do contrato com o cliente Celepar, NR 2242/2021, vigência de 27/07/2025 a 27/10/2026, houve a contratação da Apólice de Seguro Garantia nº 10075070174106, da NEWE Seguros S.A., cobrindo o valor máximo de R\$ 674.063,09, com o valor do prêmio de R\$ 3.629,04, a ser apropriado em 15 parcelas de R\$ 241,91.

**Aluguel – Locação de Nobreak (CT) a apropriar**

Em 06/11/2025, foi assinado o Contrato de locação de Nobreak 30kva 220/127 V Trifásico, incluso manutenção preventiva semestral e corretiva em horário comercial, com peças e baterias, no valor de R\$ 53.040,00, com vigência 06/11/2025 a 05/11/2026, a ser apropriado de novembro 2025 a outubro 2026.

**8. PARTES RELACIONADAS**

<b>Partes Relacionadas</b>	<b>Receita com Prestação de Serviços</b>	<b>Capital Social/Subvenção Econômica</b>
Londrina Iluminação	544	-
Prefeitura Municipal de Londrina	11.617	600
Cia Municipal de Trânsito e Urbanismo (CMTU)	94	

As transações efetuadas com a Londrina Iluminação S.A referem-se à prestação de serviços realizados em condições e preços normais de mercado, por parte da CTD, de:

- call center;
- suporte helpdesk para TIC;
- contrato corporativo para serviços administrativos,
- smartphones com chips;

As transações efetuadas com a Prefeitura Municipal de Londrina referem-se à prestação de serviços especializados em outsourcing, com a disponibilização de:

- tablets configurados com softwares gerenciais;
- impressoras térmicas de linha, para as secretarias de governo.

As transações efetuadas com a CMTU referem-se a contrato corporativo para serviços administrativos, realizados em condições e preços normais praticados pelo mercado.

**Subvenção Econômica - Município de Londrina/PR:**

Foi aprovada, por meio da Lei Municipal nº 13.956, de 07 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Londrina (JOM 5526), a autorização para que o Poder Executivo Municipal pudesse conceder subvenções econômicas à CTD, até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais),



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

visando à recomposição do equilíbrio orçamentário e à continuidade das atividades institucionais/operacionais da Companhia.

Com isso, em 28/08/2025, foi realizado o repasse, por parte da PML (Processo SEI 19.006.157736/2025-93), do valor de R\$ 600.000,00, a título de Subvenção Econômica. O valor restante não foi utilizado.

Dentro da operação da CTD (Processo SEI 47.000762/2025-36), a Subvenção foi registrada, na contabilidade, em conta de Receita, como Outras Receitas Operacionais, conforme detalhado abaixo:

a) Reconhecimento da Receita:

D - 1.1.02.01.01.070 - Subvenções a Receber (Ativo Circulante)

C - 3.1.04.01.01.013 - Receita de Subvenção (Receita: Outras Receitas Operacionais).....R\$ 600.000,00

b) Recebimento do Recurso:

D - 1.1.01.02.07.001 - Banco Santander (Ativo Circulante: Disponível)

C - 1.1.02.01.01.070 - Subvenções a Receber (Ativo Circulante).....R\$ 600.000,00

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Corresponde aos valores depositados em juízo, relativos às ações trabalhistas e cíveis, realizados para execução dos recursos em outras instâncias, para questionamentos de decisão proferida ou para cumprimento de despacho interlocutório ou decisório, a fim de reavaliar os valores devidos nas causas julgadas.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Depósitos Judiciais Trabalhistas	121	67
Depósitos Judiciais - Civil	5	
	<u>126</u>	<u>67</u>

Estes valores são classificados no ativo não circulante, sem previsibilidade de realização. A área jurídica da Companhia realiza acompanhamento periódico do andamento processual e, ocorrendo perda da causa, o valor é revertido para despesa, sendo complementado, se for o caso, ou, em caso de ganho da causa, o valor do ativo é baixado conforme crédito em conta bancária.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

**10. IMOBILIZADO**

Classe de Ativo	Valor	Taxa anual de	Saldo em	Trans-			Depre-	Saldo em
	Depreciable	depreciação	31/12/2024	Adições	ferências	Baixas	ciaçãoção	31/12/2025
Máquinas e equipamentos (*)	5.308	10%	838	-	-	-	(180)	658
Móveis e utensílios	444	10%	33	4	-	-	(11)	26
Equipamentos de informática	1.572	20%	15	9	-	-	(8)	16
Instalações	997	4%	590	-	-	-	(40)	550
Veículos	96	20%	-	-	-	-	-	-
Edificações	13.423	2%	13.236	-	-	-	(213)	13.023
Terrenos	2.767		2.767	-	-	-	-	2.767
Direito de Uso - Arrend. (**)	2.781		-	2.781	-	-	-	2.781
			<b>17.479</b>	<b>2.794</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(452)</b>	<b>19.821</b>
Custo do imobilizado	27.388		24.650	2.794				27.444
Depreciação acumulada	(7.171)		(7.171)	0			(452)	(7.623)
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>20.217</b>		<b>17.479</b>	<b>2.794</b>			<b>(452)</b>	<b>19.821</b>

(\*) A partir de 30/04/2024, a Plataforma Unificada Genesys passou a ser depreciada pelo índice de 6,72% ao ano. À época, o valor contábil dela estava em R\$ 951.376. Os saldos seguem sendo controlados em relatório Auxiliar.

(\*\*) Aplicação do CPC 06 (R2) - Ativo de Direito de Uso - Arrendamento - para contratos de locação de equipamentos de TIC, fornecidos com base em parcerias firmadas pela CTD e outras empresas.

As depreciações dos ativos seguem o método linear, inclusive do imóvel recebido em doação, que foi ativado em dezembro de 2023.

**Ativo de Direito de Uso e Passivos de Arrendamento**

A partir de apontamentos da Auditoria Independente, verificou-se a relevância da aplicação do CPC 06 (R2) aos contratos de locação de equipamentos de TIC firmados entre a CTD e parceiros comerciais, para posterior disponibilização dos itens na atividade de Outsourcing da CTD com seus clientes.

O CPC 06 (R2), equivalente à norma internacional IFRS 16, é o pronunciamento técnico que define as regras contábeis para arrendamentos (leasing) no Brasil. Ele exige que arrendatários registrem quase todos os contratos como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial, aumentando a transparência.

O termo "arrendamentos" adotado no Pronunciamento CPC 06 corresponde à tradução do termo 'leases' na língua inglesa e pode abranger contratos (mas não se limita a) de arrendamento, aluguel, locação e outros contratos que conferem à entidade que reporta o direito de uso de um ativo em troca de uma contraprestação.

O valor inicialmente reconhecido na CTD foi calculado com base nas faturas, praticamente fixas, multiplicadas pela quantidade de meses faltantes para o vencimento de cada contrato. O lançamento contábil foi realizado na conta de "Ativo de Direito de Uso - Arrendamento" a Débito e nas contas (curto prazo e longo prazo) de "Passivo de Arrendamento", a Crédito.

No decorrer do tempo, a cada mês realizado, os valores do Passivo de Arrendamento vão sendo transferidos para a conta do fornecedor, nos valores das faturas, e baixados contra o Banco por pagamento. Concomitantemente, são lançados os valores a Crédito em conta retificadora do Ativo



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

Imobilizado - "Depreciação Acumulada - Ativo de Direito de Uso" - e a Débito em conta de resultado, para o reconhecimento do custo na competência vigente.

**Inventário / Teste de Recuperabilidade / Revisão de vida útil / Avaliação Patrimonial**

Em decorrência de apontamento da Auditoria Independente anterior, que originou uma ressalva no parecer técnico relativo ao exercício de 2023, identificou-se a necessidade de realizar teste de recuperabilidade da Plataforma Unificada Genesys, adquirida em 2017. Para tal, foi contratada uma empresa especializada, que conduziu o referido teste com data-base em abril de 2024. O laudo técnico resultante evidenciou que o ativo possui potencial de geração de benefícios econômicos futuros, o que permitiu a ampliação da sua vida útil estimada de 10 para 14,88 anos. Consequentemente, o percentual de depreciação anual foi reduzido de 10% para 6,72%. O laudo técnico encontra-se disponível no processo SEI nº 47.000042/2025-71.

Após a avaliação supracitada e com o apontamento da auditoria independente responsável pelo exercício social de 2025, verificou-se a necessidade de instruir um processo para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de inventário completo e avaliação de bens patrimoniais da companhia, para uma gestão eficiente do ativo da entidade. Sendo assim, foi iniciado o processo SEI 47.000869/2025-84, de Planejamento de Contratação, fez o levantamento de orçamentos e diligências necessárias, para se definir a modalidade de licitação cabível, de acordo com a Lei nº 13.303/2016. Em seguida, instruiu-se o processo SEI 47.001045/2025-21, com a Solicitação de Aquisição/Contratação por meio de Licitação, que está na fase de análise do corpo jurídico da companhia.

**11. INTANGÍVEL**

	Valor Amortizável	Taxa anual de Amortiz (%)	Saldo em			Amortização	Saldo em 31/12/2025
			31/12/2024	Adições	Baixas		
Software	752	20%	3	-	-	(1,932)	1
<b>Total</b>	<b>752</b>		<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1,932)</b>	<b>1</b>
Custo de intangível	752		752				752
Amortização acumulada	(749)		(749)				(751)
<b>Intangível líquido</b>	<b>3</b>		<b>3</b>				<b>1</b>

Os direitos intangíveis estão representados por licenças de uso de softwares desenvolvidos por terceiros, para utilização na operação.

**12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

	31/12/2025	31/12/2024
Honorários e Salários	17	83
Encargos sociais	291	206
Benefícios sociais	5	0
Provisões trabalhistas	562	505
	<b>875</b>	<b>794</b>



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

### 13. FORNECEDORES

Compreende as obrigações junto a fornecedores representadas, basicamente, pela prestação de serviços de locação de equipamentos de TIC, cessão/licenciamento de uso de Softwares, plano de saúde e vale alimentação. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores a pagar se encontrava em R\$ 1.659 mil.

### 14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

A Companhia está sujeita a diversas obrigações tributárias, as quais abrangem impostos diretos e indiretos, taxas e outras contribuições estabelecidas pela legislação fiscal. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos correntes e parcelados estavam apresentados da seguinte forma:

#### a) Tributos retidos a recolher, sobre Receita ou Lucro Líquido, Parcelados

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
INSS	7	8
Pis e Cofins	148	81
ISS	6	6
IRRF e CSRF	60	54
Parcelamentos de tributos no Curto Prazo	1.489	1.321
IRPJ a Recolher	-	-
CSLL a Recolher	20	-
	<u>1.730</u>	<u>1.470</u>

### 15. TRIBUTOS PARCELADOS - LONGO PRAZO (Passivo Não Circulante)

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de tributos parcelados de longo prazo estavam apresentados na ordem de R\$ 2,760 milhões. Em contrapartida, em 31 de dezembro de 2025, os saldos de tributos parcelados de longo prazo foram calculados na ordem de R\$ 1,798 milhões.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

**Saldos totais a pagar dos tributos parcelados**

Para apresentar de forma mais clara como estão compostos os parcelamentos dos tributos (curto + longo prazos), detalha-se, abaixo, os principais impostos e contribuições, com seus respectivos saldos a pagar, na data de 31/12/2025, após o pagamento da parcela de dezembro/2025:

COMPOSIÇÃO DE PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS - SALDO A PAGAR DE CURTO E LONGO PRAZOS				
TRIBUTOS	COD. RECEITA	SALDO A PAGAR - Pós-pagamento de Dezembro/2025	SALDO A PAGAR - Curto Prazo	SALDO A PAGAR - Longo Prazo
ISS	-	R\$ 84.982,82	R\$ 39.222,84	R\$ 45.759,98
COFINS	2172-01	R\$ 458.960,13	R\$ 201.943,20	R\$ 257.016,93
	5960-07	R\$ 3.281,52	R\$ 667,43	R\$ 2.614,09
PIS	5979-07	R\$ 3.362,39	R\$ 1.470,30	R\$ 1.892,09
	8109-02	R\$ 99.532,98	R\$ 43.782,18	R\$ 55.750,80
IRRF	0561-07	R\$ 462.103,64	R\$ 216.743,53	R\$ 245.360,11
	1708-06	R\$ 6.162,69	R\$ 2.696,38	R\$ 3.466,30
	3208-06	R\$ 998,40	R\$ 921,60	R\$ 76,80
GSSL	5987-07	R\$ 1.093,84	R\$ 222,48	R\$ 871,36
CSRF	5952-07	R\$ 3.271,59	R\$ 1.801,88	R\$ 1.469,71
CP PATRONAL	1162-01	R\$ 100.820,10	R\$ 45.026,00	R\$ 55.794,10
	1646-21	R\$ 36.405,85	R\$ 18.372,42	R\$ 18.033,43
	1646-01	R\$ 407.694,72	R\$ 184.709,39	R\$ 222.985,33
	2985-01	R\$ 459.752,19	R\$ 203.099,93	R\$ 256.652,26
	1138-01	R\$ 16.065,76	R\$ 3.267,61	R\$ 12.798,15
	1138-04	R\$ 4.195,70	R\$ 853,36	R\$ 3.342,33
CP SEGURADOS	1082-21	R\$ 62.591,41	R\$ 31.649,48	R\$ 30.941,92
	1082-01	R\$ 481.128,37	R\$ 221.233,43	R\$ 259.894,94
	1099-01	R\$ 88.953,94	R\$ 41.070,97	R\$ 47.882,96
CP TERCEIROS	1170-21	R\$ 17.782,02	R\$ 9.037,58	R\$ 8.744,43
	1170-01	R\$ 200.756,28	R\$ 90.233,04	R\$ 110.523,24
	1176-21	R\$ 1.422,53	R\$ 722,99	R\$ 699,53
	1176-01	R\$ 15.190,15	R\$ 6.975,71	R\$ 8.214,43
	1191-21	R\$ 7.112,79	R\$ 3.615,02	R\$ 3.497,76
	1191-01	R\$ 86.022,65	R\$ 37.689,51	R\$ 48.333,14
	1196-21	R\$ 10.669,21	R\$ 5.422,55	R\$ 5.246,66
	1196-01	R\$ 113.927,73	R\$ 52.318,59	R\$ 61.609,14
	1200-21	R\$ 4.267,66	R\$ 2.169,01	R\$ 2.098,65
	1200-01	R\$ 47.987,97	R\$ 21.601,89	R\$ 26.386,08
RESIDUAL	2203-01	R\$ 149,80	R\$ 57,99	R\$ 91,82
	5440-01	R\$ 624,73	R\$ 202,62	R\$ 422,12
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 3.287.271,54</b>	<b>R\$ 1.488.800,94</b>	<b>R\$ 1.798.470,60</b>



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

## 16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contingências cíveis	9.970	10.352
Contingências trabalhistas	481	480
	<u>10.451</u>	<u>10.832</u>

A Companhia é parte em processos cíveis e trabalhistas que estão sendo discutidos judicialmente e acompanhados diretamente por seus Advogados, lotados na Gerência Jurídica. Eles emitem relatório de acompanhamento com periodicidade trimestral.

A administração, com base nos relatórios da Gerência Jurídica e na reavaliação periódica da expectativa de perdas dos processos cíveis, relacionados a questões contratuais, decidiu constituir provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Em consequência de decisão judicial proferida em junho de 2020, relacionada a uma das Demandas Cíveis, grande parte dos valores provisionados sofrem reajustes legais mensais, decorrentes de correção monetária e juros determinados em juízo, desde seu ajuizamento.

De acordo com relatório da Gerência Jurídica, emitido com base na data de 31 de dezembro de 2025, havia processos trabalhistas com estimativa de possível perda, no montante aproximado de R\$ 535 mil, compostos, em sua maioria, por ações relativas a empregados de empresas terceirizadas e enquadramento salarial. Quanto às ações trabalhistas passíveis de provisão contábil, classificadas como de perda provável, foram devidamente constituídas e estão representadas por reclamatórias de funcionários das operações de Londrina-PR, já descontados dos valores recursais depositados.

Em agosto/2025, após o trânsito em julgado da ação cível número 0066756-30.2020.8.16.0014 e requisição de pagamento da empresa Smartspace (antiga DIGI Soluções de Comunicação Ltda - EPP) contra a CTD, firmou-se um Termo de Acordo para liquidação da dívida (Processo SEI 47.000841/2025-47), nos seguintes termos: Total de R\$ 421.155,00, em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 42.115,50 (quarenta e dois mil, cento e quinze reais e cinquenta centavos) cada, quitando-se a primeira parcela em 20 de agosto de 2025.

Com isso, o valor de R\$ 1.180.000,00 que estava provisionado, foi transferido, no valor do Termo de Acordo para liquidação da dívida, a Fornecedores a pagar; o valor de R\$ 150.000,00 manteve-se provisionado para prováveis honorários de sucumbência; e o restante foi registrado como Reversão de Provisão de Contingências Cíveis.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito é de R\$ 49.875.277, representado por 49.875.277 ações com valor unitário de R\$ 1,00, distribuído da seguinte forma:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Prefeitura Municipal de Londrina	10.585.383	63,60%	16.629.195	50,04%	27.214.578	54,57%
Londrina Iluminação S.A	4.041.978	24,29%	11.261.884	33,89%	15.303.862	30,68%
Companhia Municipal de Trânsito e Urban.	1.873.112	11,25%	5.218.922	15,70%	7.092.034	14,22%
Atende Bem Soluções de Atendimento Ltda	142.181	0,85%	122.285	0,37%	264.467	0,53%
Outros	320	0,00%	16	0,00%	336	0,00%
	<b>16.642.974</b>	<b>100%</b>	<b>33.232.302</b>	<b>100,00%</b>	<b>49.875.277</b>	<b>100%</b>

## 18. BASES FISCAIS PARA TRIBUTAÇÃO DO LUCRO REAL:

Em 31 de dezembro de 2025, a companhia apresentou Base fiscal positiva para IRPJ e Contribuição Social, apurados em planilha auxiliar, após a compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores, nos seguintes valores:

Base Fiscal do IRPJ: R\$ 142.624,52  
Base Fiscal da CSLL: R\$ 142.624,52

Ao longo do ano, os valores apurados de IRPJ Estimativa Mensal foram compensados com Imposto de Renda Retido na Fonte, resultantes de serviços prestados, nos seus valores totais. No final do exercício social, o valor acumulado resultou em saldo a maior de R\$ 21.393,68, transferido para IRPJ Saldo Negativo.

No caso da CSLL, parte do valor apurado ao longo do exercício social foi compensado com Contribuição Social Retida na Fonte e parte foi recolhida. Ao final do ano, houve um saldo a maior de R\$ 12.836,21, transferido para CSLL Saldo Negativo.

O resultado positivo contábil e fiscal apresentado em 2025 foi, principalmente, decorrente de subvenção econômica para custeio, concedida pelo acionista majoritário da Companhia, no valor de R\$ 600.000,00, em agosto/2025.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Sociedade não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
(Em milhares de reais)

## 20. SEGUROS

A Companhia mantém contrato de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

## 21. FATOS RELEVANTES

Os principais fatos relevantes ocorridos no exercício de 2025, que afetaram o resultado líquido da empresa, seguem resumidos abaixo:

- Janeiro de 2025 – Valor maior nas despesas com imobilizado (Locações) pelo pagamento à SERCOMTEL S/A, referente Locação de espaço para acomodação do CT (Servidores), dos anos 2023 e 2024 – R\$ 148.000,00.
- Março de 2025 - Incremento de Outras Receitas Operacionais decorrentes da Reversão de Provisão para Contingências Trabalhistas, no valor de R\$ 104.853,28; assim como por Reversão/Liberação de Créditos (natureza indenizatória) da Ação Cível da Sopho, depositado em conta bancária da CTD, no valor total de R\$ 174.158,92.
- Abril/2025 – Transferência do saldo da conta do Patrimônio Líquido de “Lucros ou Prejuízos Acumulados->Ajuste de Exercícios Anteriores (de 2024)” para “Lucros ou Prejuízos Acumulados -> De Exercícios Anteriores”, no valor total de R\$ 44.225,31, a crédito.
- Abril/2025 – Transferência do saldo da conta do Patrimônio Líquido de “Lucros ou Prejuízos Acumulados -> Exercício em Curso (SALDO 2024) para “Lucros ou Prejuízos Acumulados -> De Exercícios Anteriores”, no valor total de R\$ 6.712.333,38, a débito.
- Junho/2025 – Aumento da despesa de Constituição de Provisão para Contingências Trabalhistas - R\$ 88.477,46.
- Junho/2025 – Pagamento de dissídio retroativo e adequação da folha de pagamento com valores atualizados com ACT 2025.
- Agosto/2025 - Termo de Acordo para liquidação da dívida da CTD com a Smartspace (antiga DIGI Soluções de Comunicação Ltda – EPP), no valor total de R\$ 421.155,00, em 10 (dez) parcelas mensais, de R\$ 42.115,50 cada, quitando-se a primeira em agosto de 2025. Com isso, o valor de R\$ 1.180.000,00 que estava em Provisão de Contingências Cíveis, foi transferido, no valor do Termo de Acordo, para Fornecedores a pagar; o valor de R\$ 150.000,00 manteve-se provisionado para possíveis honorários de sucumbência; e o restante foi registrado como Reversão de Provisão de Contingências Cíveis, impactando o resultado do período.
- Agosto/2025 - Repasse de R\$ 600.000,00, a título de Subvenção Econômica, aprovada por meio da Lei Municipal nº 13.956, de 07 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Londrina (JOM 5526). A referida Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder subvenções econômicas à CTD, até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), visando à



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
(Em milhares de reais)

recomposição do equilíbrio orçamentário e à continuidade das atividades institucionais da Companhia. O valor recebido foi registrado como “Outras Receitas Operacionais”, passando pelas contas de Resultado, por ser utilizado nas despesas de custeio/correntes.

- Agosto/2025 – Recebimento de Devolução do Depósito Caução de Garantia Complementar do 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 2242/2021, cliente CELEPAR, no valor total (com juros) de R\$ 146.084,75.
- Agosto/2025 – PIS/COFINS sobre Subvenção Econômica e sobre Receitas Financeiras (Regime Não-Cumulativo): Valores foram compensados com IRPJ Saldo Negativo de 2024, por meio do PERDCOMP 14520.82266.060326.1.3.02-3518, realizado em 06/03/2026.
- Setembro/2025 – Baixa de parte do saldo da conta contábil de “Seguros a Pagar”(a débito), creditando a conta “Recuperação de Despesas”, no valor de R\$ 214.683,78, pelo cancelamento, ocorrido em 2024, das apólices de seguros, que tinham sido contratadas para assegurar os equipamentos do Projeto Tablets PML.
- Setembro/2025 - Aumento da Receita em função da Reversão de Provisão para Contingências Trabalhistas, no valor total de R\$ 65.872,23.
- Setembro/2025 - pagamento da 1ª parcela do 13º salário dos empregados e da gratificação natalina da diretoria, no valor líquido total de R\$ 107.151,47.
- Dezembro/2025 – Saldo de “Recuperação de Despesas”, no valor de R\$ 214.683,78, transferido para o PL, por meio da conta de “Ajuste de Exercícios Anteriores”.

A Administração da CTD declara que as informações contidas nas demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da companhia, e foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a legislação vigente e normas do Conselho Federal de Contabilidade. A Administração confirma que não há fatos subsequentes que possam impactar significativamente as demonstrações contábeis apresentadas.

Londrina-PR, 31 de dezembro de 2025



**Roberto Moreira de Oliveira**  
Diretor Presidente  
CPF 364.762.138-22



**Stephanie Rossi Pasello**  
Diretora Administrativa-Financeira  
CPF 082.160.209-88



**Solange Aparecida Pissinati**  
CPF 024.484.469-03  
Contadora CRC1PR078018/O-2

25

## **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA**

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

### **1. SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS**

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições. Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

O controle interno compreende o plano de organização e todos os seus métodos, medidas e coordenadas adotadas numa instituição para proteger seu patrimônio. Isso tudo envolve imagem e pessoas; exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis; incremento na eficiência operacional; e promoção à obediência às diretrizes administrativas estabelecidas e às normas legais impostas por autoridades competentes.

As atividades de controle devem ser parte integrante das atividades diárias de uma instituição, e um sistema efetivo de controle interno requer que uma estrutura apropriada seja estabelecida, com as atividades de controles definidas para cada nível do negócio.

Esses controles devem incluir revisões de alto nível, atividades de controle apropriadas para diferentes departamentos ou divisões, controles físicos, verificação de conformidade com os limites de exposição, sistema de aprovações e autorizações e de verificação e reconciliação.

A entidade mantém controles internos adequados.

## 2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

No curso dos procedimentos de auditoria realizados sobre o caixa e seus equivalentes, não foram identificados achados relevantes. As conciliações bancárias são elaboradas mensalmente, encontrando-se devidamente documentadas e assinadas pelos responsáveis. Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras estão em conformidade com os registros contábeis e não foram observadas inconsistências que pudessem afetar a fidedignidade das informações. As conciliações foram revisadas e confirmadas. O saldo em 31/12/2025 é o seguinte:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2025
<b>1.1.01</b>	<b>DISPONIVEL</b>	<b>738.924,23</b>	<b>425.372,84</b>
<b>1.1.01.01</b>	<b>BENS NUMERARIOS</b>	<b>257,39</b>	<b>334,56</b>
<b>1.1.01.01.02</b>	<b>FUNDO FIXO DE CAIXA</b>	<b>257,39</b>	<b>334,56</b>
1.1.01.01.02.001	Matriz	257,39	334,56
<b>1.1.01.02</b>	<b>BANCOS CONTA MOVIMENTO</b>	<b>738.666,84</b>	<b>425.038,28</b>
<b>1.1.01.02.07</b>	<b>BANCO SANTANDER</b>	<b>701.710,00</b>	<b>388.981,08</b>
1.1.01.02.07.001	SANTANDER Agencia Londrina	701.710,00	388.981,08
<b>1.1.01.02.09</b>	<b>CAIXA ECONOMICA FEDERAL</b>	<b>36.057,20</b>	<b>36.057,20</b>
1.1.01.02.09.001	CAIXA ECONOMICA - Agencia Londrina	36.057,20	36.057,20
<b>1.1.01.02.11</b>	<b>BANCO DO BRASIL S.A</b>	<b>899,64</b>	<b>0,00</b>
1.1.01.02.11.001	BANCO DO BRASIL - AGENCIA LONDRINA	899,64	0,00

## 3. CONTAS A RECEBER E PROVISÃO PARA PERDAS

O Contas a Receber (Ativo Circulante) estava assim composto:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	31/12/2024	31/12/2025
<b>1.1.02.01</b>	<b>TITULOS A RECEBER</b>	<b>1.120.424,95</b>	<b>510.579,72</b>
<b>1.1.02.01.01</b>	<b>CLIENTES MATRIZ</b>	<b>1.120.424,95</b>	<b>510.579,72</b>
1.1.02.01.01.054	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	7.250,58	0,00
1.1.02.01.01.056	CELEPAR - CIA DE TEC DA INF E COM DO PR	235.471,98	248.493,50
1.1.02.01.01.058	COHAB LONDRINA	0,00	17.622,15
1.1.02.01.01.059	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE LOND	868.158,50	0,00
1.1.02.01.01.066	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENT	9.543,89	0,00
1.1.02.01.01.072	MUNICIPIO DE LONDRINA	0,00	244.464,07

Efetuamos a conferência entre a listagem de controles internos e a contabilidade, não encontrando divergências.

#### **4. ESTUDOS DA VIDA ÚTIL E DO VALOR RESIDUAL SOBRE O IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

A Administração da companhia não efetuou estudos em 2025, que devem ser anuais, sobre os ativos para a revisão das taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente descrito no CPC 27.

O ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 requer que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício. Revisões de vidas úteis são em geral mudanças de estimativas e, dessa forma são registradas de forma prospectiva, ou seja, produzirão efeitos contábeis apenas a partir da data da revisão. Citamos o item 31 do ICPC 10 abaixo:

“31. Dada a necessidade de revisão das vidas úteis e do valor residual, **no mínimo a cada exercício, a administração deve manter e aprovar análise documentada que evidencie a necessidade ou não de alteração das expectativas anteriores** (oriundas de fatos econômicos, mudanças de negócios ou tecnológicas, ou a forma de utilização do bem, etc.), a fim de solicitar ou não novas avaliações, com regularidade tal que as estimativas de vida útil e valor residual permaneçam válidas em todos os exercícios.” **(grifo nosso)**

O mais importante é que em todos os anos, o estudo seja realizado sempre na mesma data. Assim, as mudanças das taxas, se aplicável, devem ser prospectivas, sem retroagir ao início do exercício.

Recomendamos que o ESTUDO DA VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL DO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL seja contratada para o exercício de 2025.

#### **5. TESTE DE IMPAIRMENT**

A Administração da companhia não determinou em 2025 a realização do teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido (teste de impairment), com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos, se o teste fosse realizado, no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

O teste de recuperabilidade de ativos é regulado: de acordo com as Normas Internacionais pelo International Accounting Standards Board - IASB, no IAS nº. 36; de acordo com as Normas Americanas pelo Financial Accounting Standards Board - FASB, nos SFAS nº. 121, 142 e 144; e de acordo com as Normas Brasileiras pelo CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de

ativos, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 2007, o qual foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da Deliberação 527 de 01 de novembro de 2007. Como exemplo citamos o item 10 do CPC 01, a seguir:

**“10. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve: (a) testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes. Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e (b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios, de acordo com os itens 80 a 99.”**

Foi apresentado um Laudo de diagnóstico de Impairment Test, com data-base em 30/04/2024.

Esse laudo teve como base a análise de parte do Imobilizado, no valor de R\$ 951.376,01.

Ocorre que o Imobilizado e Intangível da companhia em 30/04/2024 era de R\$ 17.460.644,15.

Somente foi objeto do “diagnóstico de impairment test” 5,4486 % do total do imobilizado e Intangível.

A legislação citada acima determina que o Imobilizado seja testado e não apenas parte dele, ou ainda pelas Unidades Geradoras de Caixa (UGC).

Analizamos as receitas da companhia em 30/04/2024, para determinarmos as possíveis UGCs, e verificamos a seguinte composição:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR EM 30/06/2025	VALOR EM 30/04/2024
3.1	RECEITAS OPERACIONAIS	8.190.595,02	5.066.336,23
3.1.01	RECEITA BRUTA	8.248.716,30	5.267.748,91
3.1.01.03	VENDAS DE SERVICOS	8.248.716,30	5.267.748,91
3.1.01.03.01	TELEMARKETING ATIVO E RECEPTIVO	8.248.716,30	5.267.748,91
3.1.01.03.01.001	ATIVO E RECEPTIVO COMPLETO	8.248.716,30	5.267.748,91

É de se observar que há um único tipo de receita na companhia, tanto em 30/04/2024, como agora em 30/06/2025, e, portanto, uma única UGC. Consequentemente todo o imobilizado deveria ter sido testado para o

Impairment. O próprio laudo da empresa que fez o diagnóstico relata o seguinte:

## 2.1 ESCOPO DO PROJETO

### Premissas técnicas:

- ✓ Unicamente para a elaboração desta análise de indícios de Impairment, com a concordância da CTD, foram considerados contratos atuais e transações como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC).
- ✓ As conclusões e estimativas apresentadas neste laudo levam em conta que os ativos se destinam à continuidade das operações da CTD e são utilizados na produção de serviços, em conformidade com sua finalidade estatutária.

O próprio CPC 01 (R1) diz em seu item 77:

“77. Quando os ativos são agregados para fins de avaliação do montante de recuperação, é importante **incluir na unidade geradora de caixa todos os ativos** que geram ou são utilizados para gerar fluxos relevantes de entradas de caixa. De outra forma, a unidade geradora de caixa pode parecer ser totalmente recuperável quando, de fato, ocorreu uma perda por desvalorização. Em alguns casos, mesmo que alguns ativos contribuam para os fluxos de caixa futuros estimados de uma unidade geradora de caixa, eles não podem ser alocados à unidade geradora de caixa em base razoável e consistente. Esse poderia ser o caso do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou dos ativos corporativos, tais como ativos do escritório central. Os itens 80 a 102 explicam como lidar com esses ativos ao testar uma unidade geradora de caixa para avaliar uma perda por desvalorização.” **(grifo nosso)**

Como já dito, a companhia é considerada como possuindo uma única UGC (unidade geradora de caixa) e, portanto, todos os ativos devem fazer parte do teste de Impairment.

O imobilizado na data de 30/04/2024 era o seguinte:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR EM 30/04/2024
<b>1.2.03</b>	<b>IMOBILIZADO</b>	<b>17.456.619,98</b>
1.2.03.01	BENS EM OPERACAO	24.637.733,11
1.2.03.01.01	BENS TANGIVEIS	24.637.733,11
1.2.03.01.01.001	COMPUTADORES E PERIFERICOS	1.559.287,22
1.2.03.01.01.003	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.307.698,71
1.2.03.01.01.004	VEICULOS	95.505,81
1.2.03.01.01.005	MOVEIS E UTENSILIOS	443.795,05
1.2.03.01.01.013	INSTALAÇÕES	997.286,32
1.2.03.01.01.015	EDIFICAÇÕES	13.466.808,62
1.2.03.01.01.016	TERRENOS	2.767.351,38
1.2.03.02	(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	(7.181.113,13)
1.2.03.02.01	BENS TANGIVEIS DEPRECIACOES ACUMULA	(7.181.113,13)
1.2.03.02.01.001	COMPUTADORES E PERIFERICOS DEPREC	(1.543.203,24)
1.2.03.02.01.003	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DEPREC ACUM	(4.674.046,42)
1.2.03.02.01.004	VEICULOS DEPREC ACUM	(95.505,81)
1.2.03.02.01.005	MOVEIS E UTENSILIOS DEPREC ACUM	(399.000,91)
1.2.03.02.01.006	INSTALAÇÕES	(380.654,40)
1.2.03.02.01.007	EDIFICAÇÕES	(88.702,35)

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR EM 30/04/2024
<b>1.2.05</b>	<b>INTANGIVEL</b>	<b>4.024,17</b>
1.2.05.01	BENS EM OPERAÇÃO	751.807,08
1.2.05.01.01	BENS INTANGIVEIS	751.807,08
1.2.05.01.01.001	SOFTWARE	751.807,08
1.2.05.02	(-) AMORTIZACOES ACUMULADAS	(747.782,91)
1.2.05.02.01	BENS INTANGIVEIS AMORTIZACOES ACUM	(747.782,91)
1.2.05.02.01.001	DE SOFTWARE	(747.782,91)

O Total do Imobilizado e Intangível era de R\$ 17.460.644,15 (100%) em 30/04/2024, e o Teste de Impairment foi realizado apenas sobre o valor de R\$ 951.376,01 (5,4486%) que se refere à Plataforma Genesys.

Recomendamos que a administração determine a realização de teste de impairment para o exercício de 2025, sobre a totalidade de seu Imobilizado e Intangível, conforme as normas contábeis.

## 6. RELATÓRIOS TRIMESTRAIS

No exercício social de 2025, nossa firma de auditoria independente procedeu à execução de auditorias trimestrais na companhia, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis à auditoria independente de informações intermediárias (NBC TA 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade), bem como com os objetivos gerais estabelecidos pela NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.

Os trabalhos foram conduzidos em estrita observância aos padrões técnicos e profissionais emanados pelo Conselho Federal de Contabilidade e às normas internacionais correlatas (ISA 2410 e ISA 200), assegurando independência, objetividade e qualidade na execução. Os respectivos relatórios trimestrais foram devidamente elaborados e entregues à administração, permitindo o acompanhamento sistemático da evolução das práticas contábeis e dos controles internos ao longo do exercício.

## 7. ASSESSORES JURÍDICOS

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração da empresa é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b) o período em que foram gerados;
- c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e
- d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes a situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

Os assessores jurídicos apresentaram as seguintes posições dos processos:

TIPO	PERDA REMOTA	PERDA POSSÍVEL	PERDA PROVÁVEL
Cível	0,00	0,00	9.970.216,33
Trabalhista	310.761,79	535.000,00	602.448,00
<b>TOTAL</b>	<b>310.761,79</b>	<b>535.000,00</b>	<b>10.572.664,33</b>

Foi informado ainda que existe depósito judicial no valor de R\$ 121.146,27, garantindo ações trabalhistas, o que reduziria o contingenciamento de perda provável para R\$ 10.451.518,06.

A contabilidade tem os seguintes registros contábeis das contingências:

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR EM 31/12/2024	VALOR EM 31/12/2025
<b>2.2.04</b>	<b>CONTINGENCIAS</b>	<b>10.831.947,67</b>	<b>10.451.518,06</b>
<b>2.2.04.01</b>	<b>CONTINGENCIAS DIVERSAS</b>	<b>10.831.947,67</b>	<b>10.451.518,06</b>
<b>2.2.04.01.01</b>	<b>CONTINGENCIA TRABALHISTA</b>	<b>480.375,82</b>	<b>481.301,73</b>
2.2.04.01.01.001	PROVISAO PARA CONTINGENCIAS TRABALH	480.375,82	481.301,73
<b>2.2.04.01.03</b>	<b>CONTINGENCIAS CIVEIS</b>	<b>10.351.571,85</b>	<b>9.970.216,33</b>
2.2.04.01.03.001	CONTINGENCIA ALUGUEL SEDE ANTIGA	9.171.571,85	9.820.216,33
2.2.04.01.03.003	CONTINGÊNCIA DIGI SOLUCOES	1.180.000,00	150.000,00

Portanto, o valor informado pelos assessores jurídicos coincide com os valores contabilizados.

As normas contábeis determinam o seguinte:

As informações classificadas como de perda provável devem ser contabilizadas.

As informações classificadas como de perda possível devem ser incluídas nas notas explicativas.

As informações classificadas como de perda remota não devem ser informadas.

## 8. CONDIÇÕES DESTE RELATÓRIO

As recomendações deste relatório destinam-se exclusivamente à informação e ao uso da Administração e dos responsáveis pela governança da entidade, e não foram preparadas para serem utilizadas por qualquer outra pessoa que não essas partes especificadas, o que desautoriza e torna ilegal, nos termos do art. 410 do Novo Código de Processo Civil (NCPC), seu uso para qualquer outro fim. Sua divulgação externa pode suscitar dúvidas e originar interpretações indevidas por pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

## 9. CONCLUSÃO

Com base, nos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S/A. - CTD**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto pelos apontamentos registrados neste relatório.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



CNPJ 07.791.963/0001-08  
CRC2SP023856/O-1 "S" PR

ROBERTO ARAUJO DE  
SOUZA:06455621816

Assinado de forma digital  
por ROBERTO ARAUJO DE  
SOUZA:06455621816  
Dados: 2026.03.13 13:02:23  
-03'00'

**ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA**  
CTCRC1SP242826/O-3 "S" PR  
Sócio

**COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S.A.**  
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA  
CNPJ: 03.311.327/0001-72 – NIRE: 41500352082  
**ATA DA 72ª (SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA)**  
**REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL**  
REALIZADA EM 24/03/2026

Ao vigésimo quarto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 10h, reuniram-se na sede da **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S.A.**, sito a Rua Damaris Rosa de Menezes Monteiro, 333, Gl. Lindoia - Parque Tecnológico Francisco Sciarra, os membros do Conselho Fiscal da Companhia para deliberarem sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, através do Relatório de Auditoria 2025 - Parecer dos Auditores Independentes – STAFF – Auditoria e Assessoria, Relatório da Administração 2025, Balanço e Demonstrações Contábeis, Não ocorrência – dividendos a pagar exercício 2025 e Plano Anual de Auditoria Interna 2026. Além da presença dos Conselheiros Fiscais, esteve presente à reunião a Contadora Solange Pissinati, a Coordenadora Financeira Fabiana Dias Gonçalves, e Assessor Técnico Paulo Cesar Antonio, para prestarem os esclarecimentos necessários. Aberta a reunião, os membros do Conselho Fiscal deliberaram por aguardar o posicionamento do Comitê de Auditoria Estatutário em relação ao Plano Anual de Auditoria Interna 2026 para, posteriormente, emitirem em 10 (dez) dias seu próprio posicionamento acerca do tema. Em seguida, foi apresentada aos membros presentes a minuta do Relatório da Administração, referente ao Exercício de 2025. Em ato contínuo, a Contadora Solange Pissinati apresentou as contas que evidenciam o ativo e o passivo da Companhia, bem como os eventos extraordinários e demais ocorrências do período, as quais propiciaram a obtenção dos resultados demonstrados no Demonstrativo do Resultado do Exercício e no Relatório de Auditoria 2025 – Parecer dos Auditores Independentes – STAFF – Auditoria e Assessoria. Na sequência, foi apresentada proposta a ser encaminhada ao Conselho de Administração da Companhia quanto a não ocorrência de provisão de Juros sobre o Capital Próprio e de dividendos a pagar no exercício de 2025. Embora, conforme evidenciado na elaboração dos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tenha apresentado lucro líquido contábil de R\$ 86.005,86 (oitenta e seis mil e cinco reais e oitenta e seis centavos) e lucro fiscal de R\$ 142.624,52 (cento e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos), a Diretoria acordou e sugere ao Conselho de Administração a não constituição de provisão para Juros sobre o Capital Próprio e a não ocorrência de provisão de dividendos a pagar, em razão do prejuízo acumulado de R\$ 47.163.499,63 (quarenta e sete milhões, cento e sessenta

**COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S.A.**  
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA  
CNPJ: 03.311.327/0001-72 – NIRE: 41500352082  
**ATA DA 72ª (SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA)**  
**REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL**  
REALIZADA EM 24/03/2026

e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos). Em ato contínuo, a Contadora Solange Pissinati e a Coordenadora Financeira, Fabiana Dias Gonçalves, discorreram sobre os eventos extraordinários ocorridos no período, os quais propiciaram a obtenção dos resultados apresentados, conforme as demonstrações contábeis e o fluxo de caixa. Foi evidenciado que o recebimento de subvenção econômica ocasionou ajuste de fluxo financeiro, porém demandou desembolso com tributos federais no valor aproximado de R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais). Em seguida, o Assessor Técnico Paulo César Antônio apresentou esclarecimentos sobre o status dos projetos e a margem de contribuição prevista. Para encerrar, foram apresentadas as certidões regulatórias da Companhia, sem ressalvas.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os abaixo assinados membros do Conselho Fiscal da empresa **COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 03.311.327/0001-72, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram as Demonstrações Contábeis e o relatório dos auditores independentes relativos encerramento do exercício fiscal do ano de 2025, e são de parecer que as referidas demonstrações contábeis encontram-se em condições de serem submetidas a apreciações dos Acionistas bem como que o Relatório da Administração 2025, apresenta as informações necessárias para a deliberação da Assembleia Geral, conforme dispõe a **Lei nº 6.404/76 em seu Art. 163. Compete ao Conselho Fiscal Inciso II** “(...) opinar sobre o relatório da administração, fazendo constar do seu parecer às informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral e **III** - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão”.

**COMPANHIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO S.A.**  
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA  
CNPJ: 03.311.327/0001-72 – NIRE: 41500352082  
**ATA DA 72ª (SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA)**  
**REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL**  
REALIZADA EM 24/03/2026

Na oportunidade, o Conselho Fiscal destacou a necessidade de monitoramento rigoroso dos indicadores financeiros, em razão da pressão observada no fluxo de caixa. Registrou-se a adoção recorrente de parcelamentos tributários que, embora necessários como medida de ajuste financeiro, impactam o resultado em função do aumento das despesas financeiras decorrentes dos encargos. Verificou-se, ainda, que as despesas operacionais permanecem superiores às receitas, evidenciando a necessidade de adoção de medidas que assegurem a continuidade e a sustentabilidade das operações, ainda que se observe melhora nos indicadores financeiros no período. Diante desse contexto, o Conselho Fiscal recomenda à administração a adoção de medidas adicionais de controle de custos, otimização de receitas e fortalecimento da gestão de caixa, com acompanhamento contínuo e reporte periódico dos resultados. Ressalta-se que o lucro contábil apurado foi influenciado por fatores de natureza não operacional, decorrentes de reversões de provisões jurídicas e do recebimento de subvenção do acionista majoritário. Tais eventos impactaram o resultado final, mas se distinguem da performance operacional da Companhia. Nesse contexto, o recebimento de subvenção econômica ocasionou ajuste de fluxo financeiro, porém demandou desembolso com tributos federais que representam 9,25% do montante recebido por meio da subvenção. Por fim, os membros do Conselho Fiscal reconhecem a evolução das demonstrações contábeis, com melhoria na qualidade da informação, e observam o fortalecimento dos mecanismos de controle interno, sem formular recomendações específicas sobre o tema. Nada mais havendo a tratar, a presente ata, após lida e achada conforme, foi aprovada pelos presentes, que a subscrevem. Londrina, 24 de março de 2026, Danilo Aparecido Landegrafi Barbosa, Fabrício Pires Bianchi, Rosimara Isabel dos Santos Rodrigues.

Danilo Aparecido Landegrafi Barbosa  
Fabrício Pires Bianchi  
Rosimara Isabel dos Santos Rodrigues